



ATA DA 234ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA EMAE - EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A., REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, às 10 horas, em caráter ordinário, reuniram-se na Av. Nossa Senhora do Sabará, 5312, nesta Capital, os Senhores e Senhora Membros do Conselho Fiscal da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. eleitos em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, que ao final assinam a presente Ata. Presentes também o Senhor Carlos Alberto Marques – Diretor Financeiro e de RI, o Senhor Pedro Eduardo F. Brito – Gerente do Departamento Jurídico e o Senhor Paulo Roberto Lessi – Gerente do Departamento de Auditoria Interna, que responde pela Coordenação no atendimento às atividades do Conselho Fiscal perante os órgãos da Companhia, para a seguinte pauta: **1)** Apresentação do Orçamento Empresarial Emae 2017; **2)** Informações sobre a Execução Orçamentária, Fluxo de Caixa e DRE; **3)** Apreciação de Relatórios de Reunião de Diretoria - RD's nº 666ª a 671ª; **4)** Apreciação de Atas de Reunião do Conselho de Administração – RCA nº 310ª e 311ª, e **5)** Assuntos de interesse geral. Iniciada a reunião, para o **item 1** proposta do Orçamento 2017, o Senhor Carlos Alberto comentou sobre os Indicadores Econômicos Financeiros que impactam a Dívida com a Fundação Cesp – o IGP-DI, Contratos - o IPCA, Salários - o IPC e BNDES - a TJLP. Já como premissas utilizadas na sua elaboração, destaques de Receitas para a Receita Anual de Geração – RAG de Henry Borden, Rasgão e Porto Góes, a Prestação de Serviços com a PMSP e PESA, o Acordo Sabesp, o Arrendamento UTP até dezembro/16 e o Acordo Petrobrás considerando a indenização e o aluguel de terreno. Como premissas de Aplicações destaque para a Prioridade à Operação, o Plano de Investimentos junto a ANEEL, Racionalização do espaço físico administrativo, manutenção das contas de consumo e o desenvolvimento da Usina Edgard de Souza. Já as premissas Operacionais abrangem o programa de seguros – civil, operacional e D&O. Como itens específicos e restritos à finalidade foram propostos o investimento relativo à motorização de Edgard de Souza e, como despesa operacional, os honorários advocatícios de êxito sobre o acordo Sabesp. Não compreendeu a receita do parque térmico de Pedreira devido ao prazo de

h
f ✓ A x



RECURSOS

licenciamento, execução e leilão do projeto. Assim, a Proposta Orcamentária totaliza R\$86,3 milhões distribuídos em: R\$54,4 milhões para Custeio mais R\$7 milhões pelos Honorários Advocatícios, e ainda R\$20 milhões para Investimentos mais R\$4,9 milhões para Edgar de Souza se autorizado. Assim, o Orçamento Proposto para 2017 é, em relação ao ano de 2016, maior em 58,9% que o Previsto, ou 16,2% maior que o Aprovado ou ainda em linha com o aprovado em 2016 se não realizado o Custeio dos Honorários e o Investimento de Edgar de Souza. O Fluxo de Caixa tem proposta de Recursos de R\$326,4 milhões estando maior em 5,8% sobre o Previsto de 2016. Já a proposta de Aplicações é de R\$309,8 milhões, maior em 9,6% sobre 2016. Assim, o Saldo de Caixa Final é de R\$95,8 milhões representando 20,9% maior que o Previsto para 2016. Para o Fluxo de Caixa Plurianual, o Saldo Final evolui de R\$79,2 milhões em 2016 para R\$162,3 milhões em 2021. Já o DRE projeta Prejuízo de R\$64 milhões em 2016 e Lucro de R\$17,2 milhões em 2021. No tocando ao item Venda de Imóveis / Aluguéis, cuja proposta monta R\$10,4 milhões como Recursos em 2017, foi solicitado pelos Conselheiros o seu detalhamento e, adicionalmente, a relação dos imóveis que foram vendidos e/ou que tiveram suas parcelas pagas no ano de 2016 onde a Previsão de 2016 é de R\$4,1 milhões, além dos respectivos laudos de avaliação e as Resoluções de Diretoria onde foram feitos os reportes desses processos. Em seguida, passando para o **item 2**, o Senhor Carlos Alberto apresentou o Fluxo de Caixa - novembro/2016, tendo como principais premissas o pagamento de Dividendos, a indenização dos serviços da calha do Canal Pinheiros, a baixa do arrendamento da UTE Piratininga e a não consideração da receita da UTE Porto Góes. Assim, pela sua execução, o Total de Entradas foi de R\$171 milhões, ficando R\$4,7 milhões acima do Orçado devido, principalmente, ao reajuste tarifário de julho. O Total de Saídas foi de R\$196,1 milhões, maior em R\$1,7 milhão. Desta forma o Caixa Final fechou em R\$41,4 milhões, ficando em linha com o Orçado. Passando para a Demonstração do Resultado - DRE nov/2016, a Receita Operacional foi de R\$183,4 milhões, maior em R\$13,5 milhões devido a Reajuste Tarifário e Receitas Destinadas a Investimentos em Bens não Reversíveis. A Receita Operacional Líquida foi de R\$158,2 milhões, maior em R\$15,3 milhões. O EBTIDA ficou em (-)R\$15,4 frente ao Orçado de (-) R\$30,2 milhões. Assim, o Lucro registrado foi de R\$35,8 milhões, maior em R\$11 milhões. O PMSO apresentado registra a conta de Pessoal com R\$91,7 milhões,

ATA DE REUNIÃO

maior 6,35% frente ao Orcado. A conta *Material* com R\$3,6 milhões, menor em 25,18%. *Serviços de Terceiros* com R\$50,1 milhões, menor em 3,39%. A conta *Outros-DRE* com R\$2,8 milhões, menor 23,17% e ainda a conta *Outros-DF's* Nota 20.2 com R\$15 milhões, maior em 8,26%. O Senhor Carlos comentou que os estatutos sociais da Emae e Pirapora Energia estão sendo revisados em função da Lei Federal nº 13.303/16, abordando várias questões e, entre elas, as "reservas estatutárias", oportunidade em que os Conselheiros solicitaram a disponibilização das minutas para tomarem conhecimento. Agradeceu a atenção e encerrou sua apresentação. Em seguida, para o **item 3** Relatórios de Reunião de Diretoria, o **item 4** Ata de Reunião do Conselho de Administração nada houve para comentar. No **item 5** Assuntos de interesse geral, o Senhor Carlos e o Senhor Pedro, em atendimento a demanda gerada na reunião anterior, informaram não haver nenhum empregado de nível gerencial com ação contra a empresa. Dando sequência, para as questões levantadas pelo Conselheiro Senhor João Vicente sobre o Processo Administrativo Sancionador PAS CVM nº RJ 2016/0802, através do e-mail encaminhado em 08/12/2016, cuja cópia é parte integrante desta ata, e sendo os itens demandados pontualmente descritos e comentados a seguir: **1** – "que o tema seja pautado, abordando, não somente, mas inclusive, as ações efetivas a serem propostas em favor do patrimônio da Companhia, independentemente das ações a serem adotadas pelo Estado em sua defesa, apresentando o montante do crédito contra o Estado de SP apurado nos exatos termos do contrato firmado em 1998 e eventuais termos aditivos". Para este item o Senhor Carlos prestou informações sobre o contrato entre Emae e Governo do Estado, em abril/1998, com repasse para subsidiar os custos com o controle de cheia no valor de R\$ 360 milhões para o período de 1998 até 2002. Comentou sobre a re-contratação de quantidades e preços ocorrida em março/1999; que o contrato foi parcialmente honrado entre os anos de 1999 e 2001 e ainda, que o valor remanescente e encargos contratuais foram pactuados em novembro/2011 e pagos integralmente, tendo se encerrado em dezembro/2014 contudo não foram considerados neste pacto os valores dos eventuais custos incorridos neste intervalo de tempo. Nesta oportunidade o Conselheiro Senhor Vicente solicitou que seja levantado o valor utilizado e destinado ao Canal Pinheiros, e que ainda não foi calculado, para todo o intervalo de tempo em que não houve o



devido repasse pelo Estado a partir de 1998 até a presente data. **2** – que seja “pautado, também, o tema “contas a receber – Estado de SP”, envolvendo todo e qualquer crédito em aberto existente, conjuntamente com as ações que efetivamente estão sendo tomadas pela Administração da Companhia, face ao comprometimento que tal situação impõe ao fluxo de caixa da Companhia.”. Para este item o Senhor Carlos apresentou a composição e o montante atualizado no valor de R\$17.2 milhões, tendo recebido o valor de R\$1,3 milhão. Nesta oportunidade lhe foi solicitado para a próxima reunião: a) qual o montante dos valores que são recolhidos ao Estado a título de impostos, taxas, tributos e etc.; b) qual é a distribuição dos empregados cedidos para o Estado e, c) com que regularidade é feita a cobrança desses valores junto aos órgãos responsáveis. **3** – “dar ciência do inteiro teor deste ao Sr. Presidente da EMAE, bem como ao Sr. Presidente do Conselho de Administração da EMAE, com registro de entrega, ao amparo dos artigos 163 e 165 da Lei 6.404/76”. Foi solicitada a disponibilização dos respectivos registros de entrega, os quais deverão ser encaminhados por e-mail e também arquivados na área restrita do site. Os conselheiros solicitaram que sejam planejadas durante o 1º trimestre de 2017 apresentações abordando: i- o Plano de Auditoria Interna; ii- as fiscalizações e os processos de responsabilidade do Tribunal de Contas e da Secretaria da Fazenda; iii- as fiscalizações e ações realizadas pela ANEEL e eventuais outros Órgão Reguladores e também iv- informações sobre a gestão e a administração que é feita sobre o Patrimônio Imobiliário da Companhia. Registre-se a documentação disponibilizada no site: i- Relatórios de RD's nº 666º a 671º; ii- Ata do CA nº 310º e 311º; iii- Apresentação Proposta Orçamentária 2017; iv- Apresentação Execução Fluxo de Caixa e DRE nov/2016; v- Apresentação Canal Pinheiros e Contas a Receber GESP; vi- PAS CVM nº RJ2016/0802 com e-mail, parecer e protocolos de entregas. Foi aprovado o texto e assinada a ata da 233ª reunião do colegiado. A próxima reunião do Conselho Fiscal está agendada para o dia 17 de janeiro e será oportunamente convocada. No mês de março/2017 está agendada a reunião do Conselho de Administração para o dia 22 pela manhã, e assim o Conselho Fiscal tem suas reuniões previstas para os dias 21 pela manhã e 22 no período da tarde, tendo como pauta a apreciação e manifestação sobre as Demonstrações Financeiras de 2016. Nada mais havendo

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'J' and 'V'.

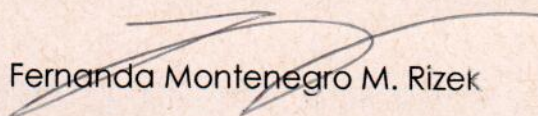


ATA

para ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente Ata, que segue assinada pelos Conselheiros.



Alexandre Modonezi de Andrade



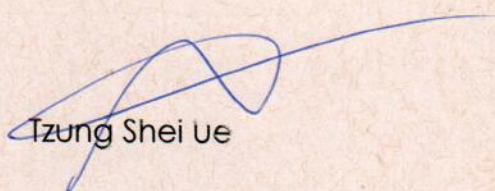
Fernanda Montenegro M. Rizek



João Vicente Amato Torres



Luiz Antonio Carvalho Pacheco



Tzung Shei ue